



**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

**Ativo financeiro**

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

**2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas**

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Nota 2.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sim	Retrospectiva com efeito cumulativo
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*) Sem impactos		Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*) Sem impactos		Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/2018 (Nota 2.7.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework) (Nota 2.7.4)	Conceptual Framework	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(\*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

**2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento**

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor (Nota 23.4). Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à alugueis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

Após as devidas análises, a Companhia realizou o registro dos seguintes montantes em 1º de janeiro de 2019:

Ativo	Nota	Saldo em 31/12/2018	Ajustes adoção inicial	Saldo em 1º de janeiro de 2019
Imobilizado	13	205.588	3.067	208.655
<b>Passivo</b>				
Outras contas a pagar (Circulante)	12	3.541	702	4.243
Outras contas a pagar (Não circulante)	12	870	44	914

Os efeitos desta adoção estão reconhecidos nas notas de Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo (Nota 12), Imobilizado (Nota 13), Gastos Operacionais (Nota 23) e Resultado Financeiro (Nota 24).

**2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias. A interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; e (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia concluiu que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nestas demonstrações financeiras.

**2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/2018**

O documento estabelece alterações a interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPCs e em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

**2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (Conceptual Framework), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para àqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

**3 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	1.021	986
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	33.372	18.079
<b>Total</b>	<b>33.372</b>	<b>18.079</b>
	<b>34.393</b>	<b>19.065</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros

**8 Partes relacionadas**

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 16), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	Preço praticado (RS/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)					
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacionais					
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	2018				
<b>Concessionárias (Nota 4)</b>												
<b>Venda de energia elétrica</b>												
EDP São Paulo	Controle comum	239,43	01/01/2008 a 31/12/2037	34	30			290	277			
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2022	12.143	16.598			318.273	133.519			
EDP Espírito Santo	Controle comum	239,26	01/01/2008 a 31/12/2037	75	76			611	586			
EDP Espírito Santo	Controle comum	159,20	01/01/2016 a 31/12/2018		3				31			
Lajeado Energia	Controle comum	243,64	01/05/2016 a 31/12/2019	1.631	1.631			19.211	19.209			
Lajeado Energia	Controle comum	188,19	01/01/2019 a 31/12/2020	1.121				35.399				
ECE Participações	Controle comum	116,10	01/01/2017 a 31/12/2046		53			594	625			
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	134,95	01/01/2017 a 31/12/2046	412	397			4.847	4.672			
Porto do Pecém	Controle comum	271,83	01/01/2018 a 31/12/2018						60.291			
Porto do Pecém	Controle comum	219,57	01/05/2019 a 30/09/2019					42.546				
CEJA	Controle Comum	116,10	01/01/2017 a 31/12/2046	55				55				
				<b>15.471</b>	<b>18.788</b>	-	-	-	-	<b>421.826</b>	<b>219.210</b>	
<b>Fornecedores (Nota 15)</b>												
<b>Uso do sistema de distribuição</b>												
EDP Espírito Santo	Controle comum		01/08/2005 a 17/07/2025			501	387	(5.264)	(5.254)			
<b>Suprimento de Energia Elétrica</b>												
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2022			7.999	2.121	(268.285)	(31.709)			
Porto do Pecém	Controle comum	271,83	01/01/2018 a 31/12/2018						(8.871)			
Porto do Pecém	Controle comum	42,35	01/05/2019 a 31/05/2019					(5.246)				
				-	-	-	-	(278.795)	(45.834)			
<b>Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)</b>												
<b>Compartilhamento dos serviços de Recursos Humanos (a)</b>												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2019			55	1.071	(1.841)	(65)			
<b>Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)</b>												
EDP Espírito Santo	Controle comum		29/07/2015 a 29/07/2019				1	1	(10)	(15)		
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2019					104	(547)	(1.263)		
<b>Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 8.3.1)</b>												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		15/06/2016 a 18/06/2022					777	380	(399)	(152)	
<b>Cisão</b>												
EDP PCH	Controle Comum (*)		01/03/2016 a Indeterminado							(108)		
<b>Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)</b>												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2018 a 31/12/2019					277	(1.204)	(623)		
<b>Compartilhamento da plataforma NEWEB (d)</b>												
EDP Portugal	Controladora Indrieta		01/01/2019 a 31/12/2019			594	582					
<b>Contrato de reembolso de prêmio de seguro</b>												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		31/03/2019							28		
				-	-	<b>55</b>	<b>594</b>	<b>582</b>	<b>1.849</b>	<b>762</b>	<b>(3.973)</b>	<b>(2.226)</b>
				<b>15.471</b>	<b>18.788</b>	<b>55</b>	<b>9.094</b>	<b>3.090</b>	<b>1.849</b>	<b>762</b>	<b>139.058</b>	<b>171.150</b>

(\*) A EDP PCH foi alienada em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não mais faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

**(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento. O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

**(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco. Com a alienação da Santa Fé em dezembro de 2018, a partir de 2019 a referida encontra-se excluída do compartilhamento.

aufereidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas à taxa de 97,5% a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

**4 Concessionárias**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	4.1	22.427	24.335
Energia de curto prazo		14.579	1.172
		<b>37.006</b>	<b>25.507</b>

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor futuro, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.4.

**4.1 Energia de curto prazo**

O aumento na energia de curto prazo é decorrente substancialmente do aumento do volume da energia vendida ao final do exercício de 2019 com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE em relação à 2018, ainda que com uma redução do PLD médio quando comparado ao exercício anterior.

	Saldo em		Atualização monetária	Adiantamentos / Compensação		Saldo em				
	Nota	31/12/2018		Adição	Pagamentos		31/12/2019			
<b>Ativos compensáveis</b>										
Imposto de renda e contribuição social a compensar		4.707	4.611	3.006	16.423	(5.277)	(4.930)	18.540		
<b>Total Circulante</b>		<b>4.707</b>	<b>4.611</b>	<b>3.006</b>	<b>16.423</b>	<b>(5.277)</b>	<b>(4.930)</b>	<b>18.540</b>		
Outros tributos compensáveis										
PIS e COFINS		106	32.628					(32.627)	107	
IRRF sobre aplicações financeiras		991	278					(275)	994	
IR/CS retidos sobre faturamento		164							164	
Outros	5.1	2.874						(70)	2.804	
<b>Total Circulante</b>		<b>4.135</b>	<b>32.906</b>	-	-	-	-	<b>(32.972)</b>	<b>4.069</b>	
<b>Passivos a recolher</b>										
Imposto de renda e contribuição social a recolher		9.293	5.537		(5.980)			(5.275)	3.575	
<b>Total Circulante</b>		<b>9.293</b>	<b>5.537</b>	-	<b>(5.980)</b>	-	-	<b>(5.275)</b>	<b>3.575</b>	
Outros tributos a recolher										
PIS e COFINS		1.568	49.045		(10.304)			(3.902)	(32.627)	3.780
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.2	1.375	1.587					(1.375)	1.587	
Encargos com pessoal</										

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

**(d) Compartilhamento da plataforma NEWEB:** Refere-se à licença de utilização do *software* NEWEB, contratado pela EDP Portugal, com o objetivo de alojar os diferentes portais web do Grupo EDP no mundo.

**8.1 Controladora direta e final**

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

**8.2 Compromissos contratuais**

A Companhia possui um contrato de venda de energia no ACL junto à Lajeado Energia S.A. (controlada da EDP - Energias do Brasil) de 17,0 MWh com início de suprimento em 1º de janeiro de 2020 e término em 31 de dezembro de 2020, com preço original de venda de R\$160,00/MWh.

**8.3 Remuneração dos administradores**

**8.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora**

Em maio de 2016, julho de 2017, junho de 2018 e julho de 2019, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se gestores e diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2019 da mesma o montante de R\$399 (R\$152 em 2018) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro abaixo quando da efetiva outorga das ações da controladora.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

**8.3.2 Remuneração anual total da Administração**

	Diretoria Estatutária	
	2019	2018
Remuneração (a)	1.146	932
Benefícios de curto prazo (b)	43	61
Benefícios - Previdência privada	96	71
<b>Total</b>	<b>1.285</b>	<b>1.064</b>

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamentoso, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Em relação a Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 8.3.1), o montante relativo à diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2019, é de R\$146 (R\$124 em 2019). Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária neste quadro quando da efetiva outorga das ações da controladora.

**9 Cauções e depósitos vinculados**

	Saldo em						Saldo em
	Nota	31/12/2018	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	
Depósitos judiciais	20.1	5.195	885	(85)	(927)	(1.072)	3.996
Outros cauções		125					125
<b>Total Não Circulante</b>		<b>5.320</b>	<b>885</b>	<b>(85)</b>	<b>(927)</b>	<b>(1.072)</b>	<b>4.121</b>

**10 Prêmio de risco - GSF**

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 94% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$2.253 (R\$2.794 em 31 de dezembro de 2018), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no exercício de janeiro de 2016 a fevereiro de 2024, de acordo com o Despacho ANEEL nº 243 de 28 de janeiro de 2016. No exercício foram amortizados R\$541 (R\$541 em 2018).

**11 Adiantamentos a fornecedores e de clientes**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento a fornecedores - EDP Comercializadora	10.611	12.664	8.459	17.757
Adiantamento de clientes - Beta Comercializadora	10.613	12.664	8.459	17.757

O Adiantamento a fornecedores é decorrente de contrato de compra de energia no ACL junto à EDP Comercializadora, firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorrerá entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021.

O Adiantamento de clientes é decorrente de contrato de venda de energia no ACL junto à Beta Comercializadora, firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorrerá entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021.

**12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019

<b>Outros créditos - Ativo</b>					
Dispêndios a reembolsar		2			
Serviços prestados a terceiros		15	167		
Ressarcimento de custos - RGR			48	837	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			55	
Despesas pagas antecipadamente		58	240		11
Outros		212	529	8	21
<b>Total</b>		<b>335</b>	<b>1.773</b>	<b>63</b>	<b>32</b>
<b>Outras contas a pagar - Passivo</b>					
Folha de pagamento		106	354		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8	594	582	1.849	762
Arrendamentos e aluguéis	12.1	702		44	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.2	2.677	2.597		
Outros		7	8		108
<b>Total</b>		<b>4.086</b>	<b>3.541</b>	<b>1.893</b>	<b>870</b>

**12.1 Arrendamentos e aluguéis**

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 2.7.1), a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em		Juros e				Saldo em			
	31/12/2018	Adoção inicial	Atualização	Monetária	Transferências	AVP	Reversão	31/12/2019		
<b>Circulante</b>										
Edifícios	-	1.121	(875)	66	991		(1.272)	31		
Equipamentos de informática	-	59	(26)			(33)		-		
Veículos	-	394	(167)	79	350	15		671		
<b>Total Circulante</b>	-	<b>1.574</b>	<b>(1.068)</b>	<b>145</b>	<b>1.341</b>	<b>15</b>	<b>(33)</b>	<b>(1.272)</b>	<b>702</b>	
<b>Não circulante</b>										
Edifícios	-	1.080	264	17	(991)	150		(489)	31	
Equipamentos de informática	-	50				(50)		-		
Veículos	-	363			(350)			13		
<b>Total Não circulante</b>	-	<b>1.493</b>	<b>264</b>	<b>-</b>	<b>(1.341)</b>	<b>150</b>	<b>(50)</b>	<b>(489)</b>	<b>44</b>	
<b>Total</b>		<b>3.067</b>	<b>264</b>	<b>(1.068)</b>	<b>162</b>	<b>-</b>	<b>165</b>	<b>(83)</b>	<b>(1.761)</b>	<b>746</b>

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
<b>Circulante</b>				
2020			25	7,87%
Juros embutidos			6	53
<b>Total</b>			<b>31</b>	<b>671</b>
<b>Não Circulante</b>				
2021			27	8,26%
Juros embutidos			4	13
<b>Total</b>			<b>31</b>	<b>13</b>

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

	Fluxos de caixa	
	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	769	746
PIS/COFINS potencial (9,25%)	71	69

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 13.1).

**12.2 Obrigações sociais e trabalhistas**

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

**13 Imobilizado**

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução ANEEL nº 691/15, regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados às concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do contrato, todos os bens e instalações vinculados à usina hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

**13.1 Composição do imobilizado**

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo de depreciação % histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo de depreciação % histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Geração								
Terrenos			1	1			1	1
Reservatórios, barragens e adutoras	2,55	45.654	(26.494)	19.160	2,55	45.654	(25.928)	19.726
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,06	21.592	(15.671)	5.921	3,03	21.092	(15.441)	5.651
Máquinas e equipamentos	3,18	233.428	(65.909)	167.519	3,15	232.107	(58.676)	173.431
Veículos	14,29	100	(41)	59	14,29	100	(26)	74
Móveis e utensílios	6,25	688	(43)	645				
		<b>301.463</b>	<b>(108.158)</b>	<b>193.305</b>		<b>298.954</b>	<b>(100.071)</b>	<b>198.883</b>
Administração								
Máquinas e equipamentos	16,03	840	(98)	742	6,25	39	(5)	34
Veículos	14,29	252	(41)	211	14,29	243	(6)	237
Móveis e utensílios	23,29	36	(7)	29				
		<b>1.128</b>	<b>(146)</b>	<b>982</b>		<b>282</b>	<b>(11)</b>	<b>271</b>
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3	93	(8)	85	3	93	(5)	88
		<b>93</b>	<b>(8)</b>	<b>85</b>		<b>93</b>	<b>(5)</b>	<b>88</b>
Transmissão								
Terrenos	-				-			
Edificações, obras civis e benfeitorias	-				-			
Máquinas e equipamentos	-				-			
Veículos	-				-			
Móveis e utensílios	-				-			
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>		<b>302.684</b>	<b>(108.312)</b>	<b>194.372</b>		<b>299.329</b>	<b>(100.087)</b>	<b>199.242</b>
<b>Ativos de direito de uso (Nota 13.1.1)</b>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	67	703	(354)	349	-			
Veículos	50	757	(378)	379	-			
<b>Total Ativos de direito de uso</b>		<b>1.460</b>	<b>(732)</b>	<b>728</b>				
<b>Imobilizado em curso</b>								
Geração								
Administração		4.638		4.638		6.210		6.210
						136		136
<b>Total do Imobilizado em curso</b>		<b>4.638</b>	<b>-</b>	<b>4.638</b>		<b>6.346</b>	<b>-</b>	<b>6.346</b>
<b>Total Imobilizado</b>		<b>308.782</b>	<b>(109.044)</b>	<b>199.738</b>		<b>305.675</b>	<b>(100.087)</b>	<b>205.588</b>

**13.1.1 Ativos de direito de uso**

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) (Nota 2.7.1). As principais caracteristicadas contratos estão descritas abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) à sede da Companhia localizada em São Paulo; (ii) ao escritório administrativo da Companhia localizado no Espírito Santo; e (iii) à locação de imóveis para diretores.

• **Veículos:** Refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

	Adoção inicial		Transferência para imobilizado		Reclas-sificações	Valor líquido em 31/12/2019
	Valor líquido em 31/12/2018	CPC 06 (R2) Ingressos	para imobilizado em serviço	Depreciações		
<b>13.2 Movimentação do imobilizado</b>						
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Terrenos		1				1
Reservatórios, barragens e adutoras	19.726			(566)		19.160
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.739		500	(233)		6.006
Máquinas e equipamentos	173.465		2.122	(7.326)		168.261
Veículos	311		9	(50)		270
Móveis e utensílios	-		724	(50)		674
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>	<b>199.242</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.355</b>	<b>(8.225)</b>	<b>194.372</b>
<b>Ativos de direito de uso</b>						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	2.201	264	(355)		(1.761)
Equipamentos de informática	-	109		(34)	(75)	-
Veículos	-	757		(378)		379
<b>Total Ativos de direito de uso</b>	<b>-</b>	<b>3.067</b>	<b>264</b>	<b>-</b>	<b>(767)</b>	<b>(1.761)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>						
Reservatórios, barragens e adutoras	1.649				(1.649)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	33			(500)		467
Máquinas e equipamentos	4.314	1.832		(2.122)		(629)
Adiantamento a fornecedores	79				(79)	-
Outros	271		46	(733)		1.659
<b>Total do Imobilizado em curso</b>	<b>6.346</b>	<b>-</b>	<b>1.878</b>	<b>(3.355)</b>	<b>-</b>	<b>(79)</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>205.588</b>	<b>3.067</b>	<b>2.142</b>	<b>-</b>	<b>(8.992)</b>	<b>(154)</b>

**14 Intangível**

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que

**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**18.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais**

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(93)	206	(98)	15
Custo do serviço corrente	(4)			(4)
Custo dos juros	(9)	17	(10)	(2)
Ganhos/(perdas) atuariais	54			54
Contribuições pagas pela Companhia		(27)		(27)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(51)	113	(59)	3

As contribuições da Companhia esperadas para o exercício de 2020 são de R\$27.

**18.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício**

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Escelsos II
Circulante	
2020	1
Não Circulante	
2021	1
2022	2
2023	2
2024	3
2025 a 2029	18
<b>Total</b>	<b>26</b>
<b>18.1.1.4 Despesas líquidas</b>	<b>27</b>

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2019	2018
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		4	4
Custo dos juros	24	2	5
<b>Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	

Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		82	(14)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		(81)	(16)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		27	12
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		(15)	(8)
<b>Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>13</b>	<b>(26)</b>	
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>(17)</b>	

**18.1.1.5 Classes de ativos**

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado ativo	31/12/2019 Alocação %	31/12/2018 Alocação %
Títulos de dívida	Cotado	85,58%	87,80%
Ações	Cotado	13,41%	11,08%
Imóveis	Cotado	1,01%	1,12%
<b>Total</b>		<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

No exercício de 2019, os títulos de dívida incluíam debêntures emitidas pela patrocinadora que, avaliados pelo valor justo, representavam o montante de R\$18.

Para o exercício de 2019, dentre os investimentos realizados em ações, encontram-se ações da controladora EDP - Energias do Brasil avaliadas no montante de R\$10.

**18.1.1.6 Participantes**

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2019 Escelsos II	2018 Escelsos II
Participantes ativos	8	11
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>11</b>

**18.1.1.7 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Escelsos II
<b>Pressupostos Centrais</b>	<b>51</b>
<b>Taxa de desconto</b>	
Aumento em 0,5%	47
Redução em 0,5%	55
<b>Mortalidade</b>	
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	50

**18.1.1.8 Premissas**

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2019 Escelsos II	2018 Escelsos II
<b>Econômicas</b>		
Taxa de desconto - nominal	7,56% a.a.	9,83% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,90% a.a.	5,40% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,03% a.a.	4,52% a.a.
Inflação médica de longo prazo		
Inflação	4,03% a.a.	4,52% a.a.
<b>Demográficas</b>		
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927

**18.1.2 Plano de Contribuição Definida**

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras. Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$292 (R\$249 em 2018). Esses planos em 31 de dezembro de 2019 tem a adesão de 33 colaboradores (47 em 31 de dezembro de 2018).

**18.2 Planos de Assistência Médica, Seguro de Vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido**

Os planos apresentam cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, cobertura correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

**18.2.1 Avaliação atuarial**

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

Em 01 de março de 2019, a Companhia iniciou o processo de alteração do Plano de Benefício Definido, a partir da troca do operador do plano de Assistência Médica, o qual utiliza a modalidade de operação (catalogada pela ANS - Agência Nacional de Saúde) sob a forma de cooperativa médica, ao invés da modalidade de seguradoras especializadas em saúde utilizada pelo antigo operador.

O modelo de cooperativa apresenta uma rede própria de médicos e infraestrutura médica, alterando, portanto, a disponibilidade de especialidades médicas diretas, hospitais, exames e acesso. A migração foi finalizada em 01 de maio de 2019, sendo que os efeitos da alteração, que se enquadram como custo do serviço passado no montante de R\$2.797 (Notas 18.2.2 e 23.2), tiveram seu reconhecimento classificado no resultado do exercício corrente. Tal classificação e reconhecimento estão em conformidade com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que requer que na ocorrência de evento que possa ser julgado como uma redução, alteração ou liquidação de plano de benefício, a entidade deva mensurar o custo do serviço passado a partir da avaliação do valor líquido do passivo de benefício definido, utilizando o valor justo dos ativos e premissas atuariais correntes que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano antes e após a identificação do evento.

Nesse sentido, à luz da norma, o custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante da modificação do plano (encurtamento/curtailment), devendo ser reconhecido no resultado no exercício em que ocorrer, uma vez que não estavam admitidos ou previstos nas premissas atuariais anteriores, e tampouco se tratam de serviços já prestados.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2019 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

**18.2.2 Movimentação dos passivos atuariais**

	Valor presente das obrigações do plano
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(13.771)
Custo do serviço corrente	(88)
Custo dos juros	(1.209)
Custo do serviço passado	2.797
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(2.582)
Benefícios pagos pela Companhia	458
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(14.395)</b>

O efeito de custo do serviço passado no montante de R\$2.797, apurada na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2019, foi decorrente da alteração do benefício de plano médico, o qual passa a ser não mais operado por fornecedor sob o modelo de seguradora, mas sob a forma de cooperativa, onde o operador possui uma rede própria de médicos e infraestrutura médica, impactando, portanto, a disponibilidade de especialidades médicas diretas, hospitais, e exames. Ademais, esta mudança também gera a alteração do modelo de gestão, com novas regras de acesso aos procedimentos médicos. Conforme o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, o custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido resultante da alteração ou redução do plano (encurtamento/curtailment), devendo ser reconhecido no resultado do exercício em que ocorrer tal evento.

A perda atuarial de R\$2.582 no valor presente das obrigações, apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2019, foi decorrente, principalmente, da redução da taxa de desconto e as alterações dos planos médicos (Nota 21.4).

O saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$5.212 (R\$3.508 em 31 de dezembro de 2018).

**18.2.3 Vencimentos dos planos de benefício**

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Assistência Médica e Seguro de Vida
Circulante	456
2020	456
Não Circulante	
2021	498
2022	571
2023	600
2024	687
2025 a 2029	4.695
<b>Total</b>	<b>7.051</b>
<b>18.2.4 Despesas líquidas</b>	<b>7.507</b>

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2019	2018
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		88	72
Custo dos juros	24	1.209	1.596
Custo do serviço passado		(2.797)	
<b>Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado</b>	<b>(1.500)</b>	<b>1.668</b>	

Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		(1.102)	(4.168)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		3.684	986
<b>Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>2.582</b>	<b>(3.182)</b>	
<b>Total</b>	<b>1.082</b>	<b>(1.514)</b>	

**18.2.5 Participantes**

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2019			2018		
	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Participantes ativos	6		28	6		30
Participantes assistidos						
Aposentados e pensionistas	46	22		54	26	
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>22</b>	<b>28</b>	<b>60</b>	<b>26</b>	<b>30</b>

**18.2.6 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Assistência Médica e Odontológica	Benefícios a Aposentados	Seguro de Vida
<b>Pressupostos Centrais</b>	<b>13.038</b>	<b>239</b>	<b>1.179</b>
<b>Taxa de desconto</b>			
Aumento em 0,5%	12.177	204	1.086
Redução em 0,5%	13.991	280	1.283
<b>Mortalidade</b>			
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	13.627	244	1.161

**18.2.7 Premissas**

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2019	2018
<b>Econômicas</b>		
Taxa de desconto - nominal	7,56% a.a.	7,56% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	4,03% a.a.
	10,27% a.a. em 2020, reduzindo linearmente para 6,11% a.a. até 2028	n/a
Inflação médica de longo prazo	4,03% a.a.	4,03% a.a.
Inflação	3,50% a.a.	n/a
Fator de envelhecimento		
<b>Demográficas</b>		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
<b>Econômicas</b>			
Taxa de desconto - nominal	9,83% a.a.	9,83% a.a.	9,83% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	5,4% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	4,52% a.a.	4,52% a.a.
	10,79% a.a. em 2019, reduzindo linearmente para 6,61% a.a. até 2028	n/a	n/a
Inflação médica de longo prazo	4,52% a.a.	4,52% a.a.	4,52% a.a.
Inflação	3,50% a.a.	n/a	n/a
Fator de envelhecimento			
<b>Demográficas</b>			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

**19 Encargos regulamentados e setoriais**

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Atualizações monetárias	Paga-mentos	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2019
Quota de reserva global de reversão - RGR	12 e 22	240	4.365	(3.455)	(788)	362
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	22	789	2.692	(2.852)		629
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	19.1 e 22	3.044	3.408	121	(5.072)	1.501
Outros encargos		48	590	(587)		51
<b>Total</b>	<b>4.121</b>	<b>11.055</b>	<b>121</b>	<b>(11.966)</b>	<b>(788)</b>	<b>2.543</b>
Circulante	3.661					2.543
Não Circulante	460					-
<b>Total</b>	<b>4.121</b>					<b>2.543</b>

**19.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D**

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

**20 Provisões**

	2019	2018
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras	20.1	11
Licenças ambientais	20.2	143
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>5.910</b>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**20.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

**20.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo			Ativo		
	Saldo em 31/12/2018	Consti-tuição	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2019	Depósito judicial
Trabalhistas	7.134	2.098	(2.880)	(1.806)	152	4.698
Cíveis	830	77			155	1.062
Fiscais	-	3	(7)		4	-
Outros	-	95		(21)		74
<b>Total Não circulante</b>	<b>7.964</b>	<b>2.273</b>	<b>(2.887)</b>	<b>(1.827)</b>	<b>311</b>	<b>5.834</b>
						<b>3.531</b>
						<b>3.914</b>

O valor total referente às garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$1.233 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.420 em 31 de dezembro de 2018).

**20.1.1.1 Trabalhistas**

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

**20.1.2 Risco de perda possível**

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018	Ativo Depósito judicial (Nota 9)
Trabalhistas	652	716	383
Cíveis	3		

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**21.3.1 Reserva legal**  
A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.

**21.3.2 Lucro do exercício a deliberar**  
Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente do dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

**21.3.3 Incentivos fiscais**  
A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluída da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota 25.1).

**21.4 Outros resultados abrangentes**  
Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme as regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos. A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2018	Ganhos	Perdas	IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2019
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(5.314)	1.232	(3.827)		(7.909)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.806			883	2.689
	<b>(3.508)</b>	<b>1.232</b>	<b>(3.827)</b>	<b>883</b>	<b>(5.220)</b>

**22 Receitas**  
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh (*)		R\$	
		2019	2018	2019	2018
Suprimento de energia elétrica	22.1	2.774.797	1.317.466	483.770	265.773
Energia de curto prazo	22.2	204.280	172.480	42.976	50.086
Outras receitas operacionais				94	176
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>2.979.077</b>	<b>1.489.946</b>	<b>526.840</b>	<b>316.035</b>
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(48.733)	(29.233)
P&D	19			(3.408)	(2.661)
RGR	19			(4.365)	(2.851)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos					
Hidricos - CFURH	19			(2.692)	(3.576)
Outros encargos				(590)	(517)
				<b>(59.788)</b>	<b>(38.838)</b>
<b>Receita</b>		<b>2.979.077</b>	<b>1.489.946</b>	<b>467.052</b>	<b>277.197</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes

**22.1 Suprimento de energia elétrica**  
A variação deve-se ao aumento do volume de energia vendida quando comparado ao exercício de 2018 substancialmente, para a EDP Comercializadora (Nota 8).

**22.2 Energia de curto prazo**  
A variação no exercício é decorrente das operações de venda de energia em função da sobre de lastro energético que a Companhia detinha em 2018.

**23 Gastos operacionais**  
Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2019		2018	
		Custo do serviço		Despesas operacionais	
		Com energia elétrica	De Prestado a terceiros	Administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	311.026			311.026
Encargos de uso da rede elétrica		5.519			5.519
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.2		12.779	956	13.735
Material			1.193	128	1.321
Serviços de terceiros	23.3		3.286	4.241	7.527
Depreciação - Imobilizado em serviço			5.489	2.668	8.157
Depreciação - Ativos de direito de uso				752	752
Amortização			166	146	312
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					446
Arrendamentos e alugueis	23.4		112	64	176
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(2)
Outras		156	747	957	(8)
		<b>156</b>	<b>23.772</b>	<b>-</b>	<b>9.912</b>
<b>Total</b>		<b>316.701</b>	<b>23.772</b>	<b>-</b>	<b>9.912</b>

	Nota	2018		2017	
		Custo do serviço		Despesas operacionais	
		Com energia elétrica	De Prestado a terceiros	Administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	84.939			84.939
Encargos de uso da rede elétrica		5.555			5.555
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.2		11.743	1.906	13.649
Material			676	176	852
Serviços de terceiros	23.3		2.765	3.816	6.581
Depreciação - Imobilizado em serviço			5.273	2.642	7.915
Amortização			16	27	43
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					876
Arrendamentos e alugueis			63	1.413	1.476
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(7)
Outras		106	701	808	1.955
		<b>106</b>	<b>21.237</b>	<b>-</b>	<b>10.788</b>
<b>Total</b>		<b>90.600</b>	<b>21.237</b>	<b>-</b>	<b>125.449</b>

**23.1 Energia elétrica comprada para revenda**

	Nota	2019	2018
Contratos de compra de energia por quantidade	23.1.1	317.277	40.580
Energia de curto prazo	23.1.2	33.372	64.939
Outros		(1.901)	(1.363)
(-) Ressarcimentos CCEE		(6.020)	(10.559)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(31.702)	(8.658)
<b>Total</b>		<b>311.026</b>	<b>84.939</b>

**23.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade**  
A variação no exercício é decorrente de compra de energia para constituição de lastro, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, decorrente dos efeitos do GSF.

**23.1.2 Energia de curto prazo**  
A variação no exercício de 2019, é decorrente da compra de energia para constituição de lastro no ano de 2018, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, em função do efeito do fator GSF (*Generation Scaling Factor*).

**23.2 Pessoal e Administradores**

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	7.619	6.724
Encargos	2.520	2.501
Previdência privada - Corrente	422	356
Benefício Pós-emprego - Previdéncia Privada - Déficit ou superávit atuarial	4	6
Despesas rescisórias	692	348
Participação nos lucros e resultados - PLR	1.384	1.068
Outros benefícios - Corrente	1.972	1.404
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	88	71
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial - Custo do serviço passado	(2.797)	
	<b>11.904</b>	<b>12.478</b>
Administradores		
Honorários e encargos	1.410	970
Benefícios dos administradores	421	201
	<b>1.831</b>	<b>1.171</b>
	<b>13.735</b>	<b>13.649</b>

**23.3 Serviços de terceiros**

	2019	2018
Serviços de consultoria	1.390	1.233
Serviços de manutenção	1.719	1.449
Serviços de limpeza e vigilância	686	676
Serviços ambientais	491	331
Serviços de informática	971	858
Serviços de telecomunicações	265	141
Serviços de transporte	369	411
Serviços Compartilhados	1.339	995
(-) Crédito de PIS/COFINS	(159)	(139)
Outros	456	626
	<b>7.527</b>	<b>6.581</b>

**23.4 Arrendamentos e alugueis**  
O montante registrado em Arrendamentos e alugueis refere-se aos arrendamentos que não foram contemplados pelo CPC 06 (R2) devido as isenções opcionais.

**24 Resultado financeiro**

	Nota	2019	2018
<b>Receitas financeiras</b>			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.985	1.533
Energia vendida		688	1.273
Depósitos judiciais	9	(85)	987
Juros e multa sobre tributos	5	3.006	368
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(341)	(252)
Outras receitas financeiras		130	88
		<b>5.383</b>	<b>3.997</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Encargos de dívida			
Debêntures	17.2	(1.327)	(5.237)
Juros e multa sobre tributos	5	(11)	(3)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1	(311)	(1.625)
Benefícios pós-emprego	18.1.1.2 e 18.2.2	(1.211)	(1.601)
Arrendamentos e alugueis	12.1	(327)	
Outros juros e variações monetárias		(5)	
Outras despesas financeiras		(389)	(291)
		<b>(3.581)</b>	<b>(8.757)</b>
<b>Total</b>		<b>1.802</b>	<b>(4.760)</b>

**25 Imposto de renda e contribuição social**  
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		118.033	146.988
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		<b>(40.131)</b>	<b>(49.976)</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			(5)
Doações			(17)
Juros sobre o capital próprio		3.597	3.116
Outras		(142)	(78)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	25.2	8.633	(14)
Incentivos fiscais			
SUDENE	25.1	21.061	27.302
Outras		140	142
Despesa de IRPJ e CSLL		<b>(6.847)</b>	<b>(19.525)</b>
Alíquota efetiva		<b>5,80%</b>	<b>13,28%</b>

**25.1 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE**  
Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/09, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2009.

Em razão dos investimentos de repotenciação e modernização ocorridos na UHE Mascarenhas a partir de 2008, foi concedido pela SUDENE a renovação do incentivo fiscal para os anos calendários de 2015 a 2024.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

**25.2 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores**  
Do montante de R\$8.633 os principais ajustes são: (i) R\$7.069 decorrente do recálculo do benefício da SUDENE; e (ii) R\$1.129 decorrente de benefício fiscal proveniente de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, referente ao exercícios de 2017 e 2018.

**26 Resultado por ação**  
O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	111.186	127.463
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	48.205	45.348
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<b>2,30652</b>	<b>2,81077</b>

**27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**  
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

**27.1 Instrumentos financeiros**  
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

**27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**  
Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>						
Caixa e equivalentes de caixa		3				
Aplicações financeiras		Nível 2	33.372	18.079	33.372	18.079
			<b>33.372</b>	<b>18.079</b>	<b>33.372</b>	<b>18.079</b>
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa		3				
Bancos conta movimento		Nível 2	1.021	986	1.021	986
Concessionárias		4 Nível 2	37.006	25.507	37.006	25.507
Cauções		9 Nível 2	125	125	125	125
Outros créditos - Partes relacionadas		12 Nível 2	19.125	30.421	19.125	30.421
			<b>57.277</b>	<b>57.039</b>	<b>57.277</b>	<b>57.039</b>
			<b>90.649</b>	<b>75.118</b>	<b>90.649</b>	<b>75.118</b>

**Passivos financeiros**  
**Custo amortizado**  
Fornecedores 15 Nível 2 18.979 8.031 18.979 8.031  
Debêntures 17 Nível 2 32.971 32.971 32.833  
Outras contas a pagar - Partes relacionadas 12 Nível 2 2.443 1.344 2.443 1.344  
Arrendamentos e alugueis 18.1 Nível 2 746 746 746  
**22.168 42.346 22.168 42.208**

**27.1.1.1 Ativos financeiros**  
Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

**• Custo amortizado**  
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

**• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**  
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Saldo de ano	Até 1 2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	33.372	270	270	67	133	(67)	(134)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	125	6 9	15	4	8	(4)	(8)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>33.497</b>	<b>276 9</b>	<b>285</b>	<b>71</b>	<b>141</b>	<b>(71)</b>	<b>(142)</b>

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos entre 4,1% e 6,4% a.a..

**27.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2019				Total	31/12/2018
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos		
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores		15.868	2.609	502	18.979	8.031
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				594	1.849	1.344
Debêntures					-	32.833
Arrendamentos e aluguéis		59	117	526	44	746
		<b>15.927</b>	<b>2.726</b>	<b>1.622</b>	<b>1.893</b>	<b>22.168</b>

**27.2.3 Risco hidrológico**

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 94% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 10).

**27.2.4 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

**• Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contrato de energia no ACR.

**• Caixa e Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**27.2.5 Risco regulatório**

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

**27.2.6 Gestão de capital**

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

**28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

**28.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2019				
	Efeito não caixa				
	Saldo em Nota 31/12/2018	Efeito caixa	Ajuste a variação monetária	mercado/ Adições/ presentes	Saldo em 31/12/2019
<b>Aumento (diminuição) de passivos de financiamento</b>					
Dividendos	16	7.788	(47.073)		60.104
Debêntures	17	32.833	(34.160)		1.327
Arrendamentos e aluguéis	21.1	-	(1.068)	162	165
		<b>40.621</b>	<b>(82.301)</b>	<b>162</b>	<b>165</b>
				<b>62.918</b>	<b>21.565</b>

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas</b> Presidente	<b>Luiz Otávio Assis Henriques</b> Vice-Presidente
<b>Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire</b> Conselheiro	<b>Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro</b> Conselheira

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

<b>Luiz Otávio Assis Henriques</b> Diretor Presidente	<b>Vitor Hugo Alexandrino da Silva</b> Diretor
<b>Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho</b> Diretor	

**CONTABILIDADE**

<b>Leandro Carron Rigamonte</b> Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	<b>Renan Silva Sobral</b> Gestor Executivo de Contabilidade Contador - CRC 1SP271964/O-6
--	--

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Energest S.A.**

São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energest S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

**Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

	2018		Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa				
<b>Aumento (diminuição) de passivos de financiamento</b>						
Dividendos	3.504	(82.352)			86.636	7.788
Debêntures	91.263	(63.667)			5.237	32.833
<b>Acionistas não controladores</b>						
Capital social	39.636				8.569	48.205
	<b>134.403</b>	<b>(146.019)</b>			<b>100.442</b>	<b>88.826</b>

**28.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa
Constituição de dividendos e JSCP a pagar			20.819	7.788
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão				347
Aumento de capital com integralização de reservas				8.569
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado				1.487
<b>Total</b>			<b>22.653</b>	<b>16.357</b>

**29 Compromissos contratuais e Garantias**

**29.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2019				Total geral	31/12/2018
	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral		
Responsabilidades com locações operacionais					-	74
Obrigações de compra						
Compra de Energia	10.480	7.259			17.739	32.093
Materiais e serviços	9.853	6.665	879	4	17.401	22.565
Prêmio de risco - GSF			900	2.671	3.571	3.072
Juros Vincendos de Debêntures					-	2.369
	<b>20.333</b>	<b>13.924</b>	<b>1.779</b>	<b>2.675</b>	<b>38.711</b>	<b>60.173</b>

(\*) Os compromissos contratuais referidos no quadro acima compreendem os contratos de arrendamentos e aluguéis que não foram contemplados no escopo do CPC 06 (R2) e, portanto, não encontram-se registrados nestas demonstrações financeiras.

Do montante de R\$60.173 em 31 de dezembro de 2018, R\$3 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019				Total geral	31/12/2018
	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral		
Responsabilidades com locações operacionais					-	76
Obrigações de compra						
Compra de Energia	10.163	7.601			17.764	33.303
Materiais e serviços	9.853	5.172	740	4	15.769	22.997
Prêmio de risco - GSF			1.224	4.184	5.408	5.408
Juros Vincendos de Debêntures					-	2.356
	<b>20.016</b>	<b>12.773</b>	<b>1.964</b>	<b>4.188</b>	<b>38.941</b>	<b>64.140</b>

(\*) Do montante de R\$64.140 em 31 de dezembro de 2018, R\$66 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.

**29.2 Garantias**

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Seguro de vida	Aval de acionista	9.622	9.865
		<b>9.622</b>	<b>9.865</b>

Os valores em garantia de Fornecedores (Nota 15) e Provisões (Nota 20), estão demonstrados em suas respectivas notas.

**30 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Usinas	241.692	200.000	241.692	120.000
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	863	863	863	863
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	9.621	(*)	9.865	(*)

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial das usinas onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$193.210; e
- (iv) Responsabilidade Civil de Riscos Cibernéticos, com cobertura de até R\$4.110.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



**KPMG Auditores Independentes**

CRC SP014428/O-6

**Rosane Palharim**

Contadora CRC 1SP220280/O-9

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

**Daniel Aparecido da Silva Fukumori**

Contador CRC 1SP245014/O-2